

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.557.078 - SP (2019/0227999-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : BANCO CSF S/A**  
**ADVOGADOS : CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR - SP247319**  
**CAMILA DE ARAÚJO OLIVEIRA - SP357857**  
**AGRAVADO : RAIMUNDO HERMES BARBOSA**  
**ADVOGADOS : RAIMUNDO HERMES BARBOSA - SP063746**  
**HÉLIO MENDES DA SILVA - SP149721**  
**DEBORA GUIMARAES BARBOSA - SP137731**  
**INTERES. : CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA**  
**ADVOGADOS : CARLOS HENRIQUE RUIZ GASPARETTI - SP204253**  
**CAMILA DE ARAÚJO OLIVEIRA - SP357857**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo interno ajuizado em face da decisão de fls. 571/572 e-STJ, proferida pelo Ministro Presidente do STJ, que aplicou ao recurso especial interposto o óbice processual do enunciado 182 da Súmula do STJ.

À vista dos fundamentos expostos, reconsidero a decisão ora agravada e passo à análise do especial.

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em oposição a acórdão retratado na seguinte ementa:

APELAÇÃO - AÇÃO DE EXIGIR CONTAS - CARTÃO DE CRÉDITO - RETIFICAÇÃO DO POLO PASSIVO - Pedido da empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda., em contestação, no sentido de retificar o polo passivo da demanda, para fazer constar apenas o Banco CSF S/A, que administra o cartão discutido nos autos - Autor que, em réplica, manifestou sua concordância - Relatório da r. sentença indicou apenas o banco como requerido, a denotar o acolhimento do pedido do autor - Retificação do polo passivo, pelo que se depreende dos autos, é medida de rigor - Preliminar acolhida.

FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL - Há interesse processual por parte do autor, que se utilizou corretamente da presente ação para eventualmente satisfazer sua pretensão - Hipótese em que o autor indicou, pormenorizadamente, o período e os lançamentos que pretende ver esclarecidos, em conformidade com entendimento firmado por este E. Tribunal, em sede de IRDR, julgado pela Turma

Especial de Direito Privado 2 - Preliminar afastada.

LANÇAMENTOS EM CARTÃO DE CRÉDITO - DESOBRIGATORIEDADE - AUSÊNCIA DE CLÁUSULA - MANDATO - Havendo dúvidas com relação aos lançamentos havidos em cartão de crédito, assiste legitimidade e interesse ao cliente para o ajuizamento de ação de exigir contas, visando obter pronunciamento judicial acerca de correção ou incorreção de tais lançamentos - O fato de o banco apresentar as faturas não o exime da obrigação de prestar contas, de forma contábil, da evolução do saldo apurado Cláusula -mandato, própria da natureza de contrato de cartão de crédito, autoriza a formulação de tal pedido e obriga o banco a prestá-las, de maneira mercantil, no prazo de 15 dias - Arts. 550, §5º e 551 do NCPC Uma vez que os honorários advocatícios já foram fixados em seu percentual máximo de 20% sobre o valor da causa, deixo de majorá-los em razão do trabalho adicional realizado em grau recursal, ante a vedação expressa constante do art. 85, §11, do NCPC - Decisão mantida - Apelo improvido.

Sustenta o recorrente que carece ao autor interesse processual na prestação de contas em contrato de cartão de crédito.

É certo que a "ação de prestação de contas pode ser proposta pelo titular de conta-corrente bancária" (Súmula 259).

Há, pois, consenso de que o titular de conta corrente tem legitimidade ativa e interesse processual para exigir contas do banco. Isso porque a abertura de conta corrente tem por pressuposto a entrega de recursos do correntista ao banco (depósito inicial e/ou eventual abertura de limite de crédito), seguindo-se relação duradoura de sucessivos créditos e débitos. Por meio da prestação de contas, o banco deverá demonstrar os créditos (depósitos em favor do correntista) e os débitos efetivados em sua conta corrente (cheques pagos, débitos de contas, saques etc.) ao longo da relação contratual, para que, ao final, se apure se o saldo da conta corrente é positivo ou negativo, vale dizer, se o correntista tem crédito ou, ao contrário, se está em débito.

Na hipótese de contrato de financiamento, ou como no caso dos autos, de cartão de crédito, ao contrário, não há a entrega de recursos do correntista ao banco ou administradora (depósitos), para que ele administre os recursos e efetue pagamentos, mediante débitos em conta corrente. A instituição financeira promove o pagamento aos

fornecedores dos produtos ou serviços adquiridos pelo usuário, perdendo a disponibilidade dos valores correspondentes até o limite convencionado, que acaso não quitados no prazo estipulado, convertem-se em modalidade de empréstimo, cabendo ao financiado restituir o valor emprestado, com os encargos e na forma pactuados. Não há, portanto, interesse de agir para pedir a prestação de contas, de forma mercantil (CPC, art. 917), a fim de apurar os encargos dos financiamentos necessários à quitação dos débitos ao longo da relação contratual.

No caso, depreende-se dos autos a inconformidade da parte autora com os valores cobrados nas faturas de cartão de crédito, aventando ela a possível ilegalidade/abusividade de taxas/encargos/tarifas contratados e sugerindo desconhecimento em relação aos lançamentos (créditos e débitos) efetuados.

Se a parte autora não possui os documentos necessários para a compreensão dos encargos contratados, assiste-lhe o direito de ajuizar ação de exibição de documentos.

A pretensão deduzida na inicial, voltada a aferir a legalidade de encargos cobrados, deveria ter sido veiculada, portanto, por meio de ação ordinária de revisão de contrato, cumulada com repetição de eventual indébito, no curso da qual pode ser requerida a exibição de documentos, caso esta não tenha sido postulada em medida cautelar preparatória.

Digno de nota, ainda, que a jurisprudência do STJ considera que nessa espécie de contrato não há abusividade na estipulação da cláusula-mandato porque inerente ao funcionamento do sistema, não incidindo o óbice do enunciado 60 da Súmula no STJ (Terceira Turma, AgRg no REsp 796.466/RS, Rel. Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, DJe 2.2.2011; Quarta Turma, REsp 296.678/RS, Rel. p/ acórdão Ministro Fernando Gonçalves, DJe 1º.12.2008).

Registro que não se alega, no caso presente, o pagamento indevido, pela instituição financeira, a fornecedores de produtos ou serviços adquiridos pelo usuário. Não foi alegado, específica e concretamente, pagamento efetuado pela administradora em nome da parte autora e por ela contestado, hipótese em que, em tese, caberia a prestação de contas dos valores desembolsados em nome do cliente.

Tal entendimento foi reforçado no âmbito da Quarta Turma deste STJno

REsp 1.244.361/PR, de minha relatoria, julgado em 25.9.2012.

A propósito, a jurisprudência de ambas as Turmas que compõem a Segunda Seção deste Tribunal reconhece a impossibilidade de revisão de cláusulas contratuais em sede de ação de prestação de contas, em razão da diversidade de ritos. Nesse sentido:

CUMULAÇÃO DE PEDIDOS. NULIDADE DE CONTRATO, INEXIGIBILIDADE DE TÍTULOS DE CRÉDITO E PRESTAÇÃO DE CONTAS. INADMISSIBILIDADE EM RELAÇÃO A ESTA ÚLTIMA.

- De feições complexas e comportando duas fases distintas, inadmissível é a cumulação da ação de prestação de contas com as ações de nulidade de contratos e declaratória de inexigibilidade de títulos, por ensejar tumulto e desordem na realização dos atos processuais. Precedente da Quarta Turma.

Recurso especial conhecido e provido parcialmente.

(4ª Turma, REsp 190.892/SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, unânime, DJU de 21.8.2000)

AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS. REVISÃO CONTRATUAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. RITOS. INCOMPATIBILIDADE.

1. Consoante entendimento desta Corte, é inviável a cumulação de ação de revisão de cláusulas contratuais com ação de prestação de contas, em face da diversidade dos ritos. Precedentes.

2. Agravo regimental desprovido.

(4ª Turma, AgRg no REsp 739.700/RS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, unânime, DJU de 22.10.2007)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. PEDIDO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CUMULAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCOMPATIBILIDADE DE RITOS.

1. É impossível cumular ação de prestação de contas com ação ordinária em que se busca a revisão contratual, em face da incompatibilidade de ritos.

2. Agravo regimental desprovido.

(4ª Turma, AgRg no Ag 1.094.287/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, unânime, DJe de 27.5.2010)

AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE

# *Superior Tribunal de Justiça*

CONTAS. REVISÃO CONTRATUAL. CUMULAÇÃO. RITOS. INCOMPATIBILIDADE.

I - Consoante entendimento desta Corte, é inviável a cumulação de ação de revisão de cláusulas contratuais com ação de prestação de contas, em face da diversidade dos ritos. Precedentes.

Agravo Regimental improvido.

(3ª Turma, AgRg no REsp 1.177.260/PR, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, unânime, DJe de 7.5.2010)

Em face do exposto, conheço do agravo e dou provimento ao recurso especial para restabelecer a sentença.

Intimem-se.

Brasília, 16 de março de 2020.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI, Relatora